



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Segunda-feira

(13/08)

Manchetes

Estadão: Policial acusado de estuprar 12 mulheres e matar uma tem prisão preventiva decretada

UOL: Parcerias Público-Privadas reduzirão tempo de construção de presídios para 6 meses, diz Jungmann

Metrópoles: Governo oferece Polícia Federal para assumir caso Marielle Franco

Carta Capital: Manicômios judiciais funcionam como prisão e têm 'novo conceito de tortura'

Brasil de Fato: Justiça leva, em média, um ano e três dias para analisar casos de pessoas já encarceradas

Ponte: Agentes de centro socioeducativo em São Paulo vazam documentos com fotos de adolescentes em grupos de Whatsapp

Record: Após cinco anos, família de pedreiro morto por PMs continua sem indenização

Síntese das notícias

Policial acusado de estupro tem prisão preventiva decretada: O policial militar suspeito de estuprar 12 mulheres e matar uma, teve decretada a prisão preventiva e deve ser transferido nos próximos dias de uma cela na Polícia Militar, onde está detido temporariamente há duas semanas, para uma unidade do sistema prisional. Segundo a polícia, o suspeito usava o fato de ser policial para impressionar as mulheres e depois se mostrava violento e as estuprava em local próximo das divisas entre Curitiba e São José dos Pinhais. A Delegacia da Mulher investiga o caso. Fonte: **Estadão**.

PPPs reduzirão tempo de construção de presídios, diz Jungmann: UOL noticia que o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou nesta segunda-feira (13) que Parcerias Público-Privadas (PPPs) reduzirão o tempo necessário para a construção de presídios no Brasil de 4/5 anos para 6 meses. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio de programa desenvolvido para o setor de segurança, irá auxiliar nos projetos encaminhados pelos estados interessados na criação das penitenciárias.



Governo oferece Polícia Federal para assumir caso Marielle Franco: Com aval do presidente Michel Temer, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, ofereceu no último domingo (12) a Polícia Federal (PF) para assumir a investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco. A parlamentar foi morta em 14 de março no Rio de Janeiro, em atentado que vitimou também o motorista dela na ocasião. Jungmann disse, porém, que ainda não houve nenhum indicativo de requisição das autoridades fluminenses – Ministério Público do Estado, Ministério Público Federal no Rio ou Secretaria de Estado de Segurança – para a competência ser deslocada à esfera federal. Notícia do **Metrópoles**.

Justiça leva em média um ano e três dias para analisar casos de pessoas já encarceradas: De acordo com um estudo publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em fevereiro de 2017, com dados oficiais dos Tribunais de Justiça dos estados, uma pessoa presa provisoriamente aguarda, no Brasil, em média, um ano e três dias pelo julgamento. São 290 mil presos provisórios que aguardam que a suspeição de seus crimes seja corroborada, ou não, pela Justiça, de acordo com o Sistema Integrado de Informações Penitenciária (Infopen). Esse valor representa 40% do total de 726,7 mil pessoas encarceradas no Brasil, índice que nos consolida como terceiro país com maior população carcerária do mundo. Reportagem **do Brasil de Fato**.

Relatório da Pastoral Carcerária lança luz sobre a condição desumana de hospitais de custódia: O relatório “Hospitais-prisão: notas sobre os manicômios judiciais de São Paulo”, produzido pelo grupo de trabalho Saúde Mental e Liberdade, da Arquidiocese de São Paulo e obtido com exclusividade por **Carta Capital** lança luz sobre a forma como operam as medidas de segurança e os hospitais de custódia. O que se viu, em visitas mensais e quinzenais aos hospitais de Franco da Rocha e Taubaté, foi que esses locais funcionam como o cárcere. Lá estão esquecidas pessoas com as quais o Estado não sabe ao certo como lidar. A situação, segundo o grupo de trabalho, é desumana.

Agentes de unidade socioeducativa em São Paulo vazam fotos e nomes de internos: **Ponte** noticia que funcionários da Fundação Casa vazaram prontuários dos internos da unidade de Ferraz de Vasconcelos (SP) em grupos de Whatsapp, exibindo o



rosto e nome completo de todos eles, além da indicação feita a mão da situação atual do adolescente: ainda na unidade, em liberdade ou participante da fuga ocorrida no último dia 5. As imagens foram compartilhadas em diversos grupos com uma mensagem de aviso sobre a fuga e pedido de cautela aos moradores dos municípios próximos à unidade. As imagens foram parar, também, em grupos de policiais que trabalham na região. Os prontuários são documentos para uso interno da Fundação e apenas funcionários têm acesso. A atitude dos agentes é considerada uma infração segundo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que em pelo menos dois artigos indica a proibição de expor um adolescente, ainda mais em uma condição de reabilitação.

Após cinco anos do crime, família do pedreiro Amarildo continua sem indenização:

Record informa que a família do pedreiro Amarildo de Souza, sequestrado e morto por policiais militares do Rio de Janeiro atrás de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) em 14 de julho de 2013, ainda não recebeu indenização do Estado de R\$ 3,9 milhões, sentença dada há mais de dois anos, em fevereiro de 2016. Treze policiais militares envolvidos no crime foram condenados por tortura seguida de morte, ocultação de cadáver e fraude processual. O crime virou símbolo da violência policial e da derrocada do projeto das UPPs do Rio de Janeiro.